



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SIVAM		
EVENTO: audiência pública	Nº: 1.107/01	DATA: 10/10/01
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 16h10min	DURAÇÃO: 1h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h08min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 14
REVISORES: CLÁUDIA CASTRO		
CONCATENAÇÃO: MYRINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EELMINO ALFREDO PEDROSA - jornalista (Mino Pedrosa)

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo sido distribuída cópia da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, dado que tomamos conhecimento antecipado do teor da ata, proponho que não seja realizada a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Atendida a solicitação do Deputado Jurandil. Em discussão a ata. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir acerca dos seus termos, passamos à votação da mesma. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovada. Expediente. Foi recebida a seguinte correspondência. Aviso nº 1.260 do TCU, datado de 3 de outubro de 2001, do Ministro Humberto Guimarães Souto, Presidente do TCU, em resposta ao Ofício nº 12/2001, desta Presidência, encaminhando cópia dos processos instalados naquela Corte relativos ao contrato para a implantação do SIVAM. Ordem do dia. A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. Mino Pedrosa, na qualidade de testemunha compromissada. Informo aos Parlamentares que o nome completo da testemunha é Etelmino Alfredo Pedrosa. O depoente é jornalista da revista **IstoÉ**, sócio da empresa Free Press Assessoria de Comunicação, apontado pelo menos em três reportagens — "Versão de Graziano contradiz assessor"; "Empresa de assessor trabalha para Governo", e "Jornalistas faziam dossiês de adversários" — da **Folha de S.Paulo** de 25 de novembro de 1995. Segundo se extrai das matérias jornalísticas, conhecedor dos bastidores que envolveu o grampo telefônico do Embaixador Júlio César, que revelou os indícios de ilícito do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Pergunto ao Secretário se o depoente



está presente. *(Pausa.)* Está presente. Convido o jornalista Mino Pedrosa a tomar assento à Mesa dos trabalhos. *(Pausa.)* Peço ao Secretário tomar o compromisso legal da testemunha. *(Pausa.)*

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Faço, com a palavra de honra, o compromisso de dizer a verdade do que souber e do que for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Informo ao depoente que dispõe facultativamente de um prazo regimental de vinte minutos para sua exposição inicial. E após passará a responder perguntas dos membros do colegiado, iniciando pelo Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura. Peço aos Srs. Parlamentares que queiram formular perguntas ao depoente favor se inscreverem junto à Secretaria. Antes, porém, cumpre-me fazer algumas colocações introdutórias à testemunha. O senhor está aqui na qualidade de testemunha compromissada para prestar um serviço público relevante, colaborando com o Estado na elucidação de fortes indícios de práticas de ilícitos por parte de servidores do alto escalão do Poder Executivo. Perguntaria inicialmente se o senhor foi, de alguma forma, coagido por qualquer pessoa ou autoridade de qualquer dos Poderes sobre o depoimento que prestará a esta Comissão. Creio ser desnecessário alertar V.Sa. do crime de falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal Brasileiro. V.Sa. deverá dirigir-se aos Parlamentares com o tratamento de Excelência. Da mesma forma, os Srs. Parlamentares deverão dirigir-se à testemunha com o tratamento de senhoria. Peço a todos sejam conferidas solenidade, formalidade, imparcialidade, seriedade e objetividade, que devem nortear os trabalhos de inquérito. Devem ser evitadas quaisquer questões descabidas ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o de investigar indícios de envolvimento do Sr. José Afonso Assumpção e do Embaixador Júlio César Gomes dos Santos no exercício de advocacia



administrativa, tráfico de influência, oferecimento de propinas e demais denúncias relativas ao projeto SIVAM — Sistema de Vigilância da Amazônia. Concedo a palavra, se assim o desejar, à testemunha.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não me recordo o ano que foi a matéria. Faz tanto tempo... *(Pausa.)* Eu sou proprietário de uma empresa de comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Com a palavra o depoente.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - ...com o nome Free Press. Na ocasião eu trabalhei na campanha do Fernando Henrique Cardoso para Presidente. Quando terminou a campanha, eu fui procurado por um dos integrantes da campanha, que me passou uma informação de que teria sido feito um grampo e que envolvia o Embaixador Júlio César. E aí, depois eu tive acesso à degravação e à fita e fui fonte do Luciano Suassuna. Passei para ele a gravação e a fita, e a degravação. E aí gerou as matérias. Eu só conheço uma versão, foi a versão que todo o tempo eu dei, que o Embaixador Júlio César teria sido alvo de uma investigação da Polícia Federal e que teriam pego... teria sido pego no grampo, numa escuta telefônica, ele conversando com um empresário e tratando de **lobby**. E foi essa a matéria do Luciano Suassuna. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Encerrada essa primeira fase dos trabalhos, com a manifestação do nosso jornalista, eu passo a palavra ao Relator para suas indagações.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, Sr. Mino Pedrosa. Sr. Presidente, eu quero adotar a mesma sistemática da sessão passada de deixar que os companheiros presentes Parlamentares façam



as suas intervenções. Eu tenho aqui treze perguntas escritas, e se os companheiros tiverem, para que eles se motivem mais, inclusive, a participar da nossa Comissão, que V.Exa. passasse primeiro para os Parlamentares. Posteriormente eu faço as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Deputado Jurandil.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Mino Pedrosa, esse é um caso que já demanda um tempo assim de cinco anos, e as informações praticamente são todas requentadas, todas são informações já sabidas. No entanto, eu queria, à guisa do início da nossa conversa, registrar um fato muito interessante. Apesar de nós, membros dessa Comissão, estarmos há pouco tempo lidando... Eu lido há pouco tempo com o assunto, tinha informação jornalística, já consegui formar, só com as informações mais recentes, um quadro que, se não é diferente no sentido de que não tem nenhuma informação bombástica, sensacionalista, alguma novidade sobre o assunto... Essas informações me levam à formação de um quadro um pouco diferente daquilo que foi noticiado há cinco anos atrás. E uma coisa me chama assim muito a atenção. As pessoas que têm vindo aqui para prestar depoimentos, ou esqueceram tudo, ou se recordam exclusivamente das coisas como elas foram colocadas nas suas versões originais, então algumas até esqueceram algumas partes. Bom, o senhor é jornalista de formação, é profissional de jornalismo? Continua trabalhando como jornalista?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Continuo trabalhando, Deputado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E tendo trabalhado, o senhor disse que foi a fonte do jornalista Suassuna. Foi o senhor que repassou as informações...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ...para o jornalista fazer aquela reportagem que saiu na revista **IstoÉ** que detonou o caso do grampo, não é isso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bom, como o senhor é jornalista, você imagina que, como Deputado, a gente é instigado aqui a procurar conhecer outros fatos, sair da versão oficial. E como jornalista, o senhor, depois desses fatos narrados, depois da reportagem, depois que apareceram inclusive outras personagens, outras personalidades envolvidas no caso, o senhor não se preocupou em investigar mais nada, de saber mais algum fato, alguma coisa de novidade sobre o que estaria por trás disso? Eu me situaria melhor para também situá-lo melhor. É que este é um fato que tem todas as características de uma briga subterrânea de poder. Seria muito difícil, passados cinco anos, conhecidos os fatos que estão aqui, imaginar que foi feita uma gravação de forma fortuita, sob a acusação de que existiria tráfico de drogas, e esse tráfico de drogas estaria sendo praticado por um senhor chamado Júlio César. Aí o juiz, descuidado, autorizou a escuta. Depois se descobre que esse Sr. Júlio César é nada mais, nada menos que o Chefe do Cerimonial da Presidência da República, que tinha ligações pouco claras com o Sr. Assumpção, que era o representante de uma empresa que estava fazendo um grande negócio, negócio de 1 bilhão e 400 milhões de dólares, numa área estratégica do Governo. Isso assim, olhado de trás para a frente, parece um pouco simples demais. Não lhe sugere que estava havendo uma briga de poder, uma briga dentro do poder, e que isso poderia ter desdobramentos, assim, muito mais picantes — para usar um termo que me vem nesse momento — dentro dessa briga de poder que estava acontecendo lá? E o senhor, como jornalista, não se interessou por investigar mais?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Primeiro, eu estava como empresário. Eu era proprietário de uma empresa, uma agência, que prestou serviço na campanha do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, e eu servi o papel de fonte. Passei todas as informações que eu tinha para Luciano Suassuna, e ele é que teve depois que continuar apurando essa matéria. Ele poderia falar.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E de quem o senhor recebeu essas informações?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu recebi de uma pessoa da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E quem seria essa pessoa da Polícia Federal?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Uma fonte.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim, uma fonte. E quem foi essa fonte?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Uma fonte que eu não posso revelar o nome dela.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor não pode revelar ou não quer revelar o nome?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu não posso, porque é uma questão ética e de confiança. Eu tenho que preservar essa fonte.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Um funcionário público que está desenvolvendo um trabalho, ele é pago pelo dinheiro do contribuinte. O que ele está fazendo lá é de interesse público. Ele viola um dos códigos que deve existir — e aí, sim, é questão ética —, viola o código e vaza uma informação que não era dele, era da sociedade. Ele é um funcionário público, policial federal. Por mais qualificado que



seja, mas ele não é dono da informação. O senhor acha que é ético ele passar informação para um terceiro?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele não trabalhava nesse caso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ele não era da Polícia Federal?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Era, mas não trabalhava nesse caso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então pior ainda, porque ele estava vazando uma informação que não era dele. Então era menos ético ainda.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Talvez, se ele não tivesse vazado, nós não estaríamos aqui hoje.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bom, eu vou aceitar como talvez. Eu vou dizer que talvez sim, se nós tivéssemos as informações corretas das pessoas que têm obrigação de informar corretamente à opinião pública e não se escudar por trás de conceitos bem subjetivos, porque eu realmente não concordo que exista alguma coisa ética nessa questão de fonte. Na verdade isso foi um assunto que aconteceu e já foi desmistificado. Era uma briga de poder, tinha corrupção no meio. Esta CPI foi instalada exatamente para ver até que ponto existe essa ramificação, e não acho justificativa de nenhuma forma, inclusive porque aqui nós representamos o povo brasileiro. Não há nenhum interesse superveniente em relação ao interesse do povo brasileiro. Então, se o senhor diz que recebeu uma informação, e essa informação foi tirada de forma irregular, não há nenhum conceito ético no qual o senhor possa se sustentar para dizer que não...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu tenho que preservar essa fonte. É um direito que eu tenho.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor tem o direito. Eu vou considerar que isso seja razoável, para dizer que tem o direito. Eu tenho o direito de supor que o senhor passou essas informações de forma interesseira.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É um direito seu.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bom, então agora já nos equilibramos então com referência à questão dos direitos. O senhor trabalhou na campanha do Fernando Henrique Cardoso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Trabalhei, Deputado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Isso lhe conferia algum grau de intimidade com o poder?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele não tinha o poder na época. Era candidato.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Quando aconteceu a questão do projeto SIVAM, ele era Presidente da República.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Aí, sim, aí eu já eu não tinha nenhuma relação com ele profissional mais. Eu não trabalhava para ele mais.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O que levaria, então, o senhor a ter sido a pessoa procurada pela Polícia Federal para receber essa informação?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Porque eu trabalhava na campanha, o Júlio César tratava mal as pessoas que trabalhavam na campanha. Algumas pessoas da campanha queriam mostrar para o Presidente Fernando Henrique que o Júlio César vendia agenda, e aí foi feita essa investigação. Acredito que tenha sido feito assim.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor era maltratado pelo Embaixador Júlio César?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu, não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E o senhor pode me dizer uma pessoa que tenha sido maltratada pelo Embaixador Júlio César na campanha?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Oitenta por cento...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Oitenta por cento...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - ...de funcionários de baixo escalão. Agentes da Polícia Federal, por exemplo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Agentes da Polícia Federal? O senhor era maltratado por ele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu nunca fui maltratado por ele, mas já presenciei.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Existindo 80% de pessoas, não sei como é que a gente mede variáveis discretas — as pessoas são variáveis discretas, não são contínuas.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - A cada dez, oito, mais ou menos, ele tratava mal.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - De cada dez, oito ele maltratava.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso é 80%.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bem, e sendo o senhor uma dessas duas pessoas, no meio dos dez, que ele não maltratava, o que teria levado um agente da Polícia Federal passar para o senhor a informação, e não para os outros oito que eram maltratados por ele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Porque eu era jornalista.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não existia um jornalista das outras... desses oito maltratados, não tinha nenhum jornalista?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Mas não foi essa pessoa que me passou essa informação, essa pessoa que estava sendo maltratada por ele.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vamos voltar, então, para o início. Eu estou considerando que a pessoa que passou não fazia campanha para o Presidente do Fernando Henrique...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ...que eu ia achar muito estranho ter a Polícia Federal fazendo campanha para o Presidente da República. Nós teríamos que desdobrar, Sr. Relator. Teríamos que desdobrar essa investigação, porque até agora seria uma informação nova para mim saber que a Polícia Federal estaria fazendo campanha para o Presidente da República.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, isso... ela trabalha em todas as campanhas, a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas você não fazia campanha para o Presidente da República, não?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Trabalhava. Presto serviço na campanha.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Perfeito. É onde eu quero chegar. A Polícia Federal não fazia campanha para o Presidente da República.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Logo, não tinha nenhuma razão de ser maltratada pelo Embaixador. Teria razão ou não?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - A Polícia Federal, não. Os agentes que prestavam o serviço.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim, mas vamos considerar que quem prestava serviço na campanha não participou, disse que não participou dessa investigação, não é isso? O que levaria uma pessoa que não foi maltratada pelo Embaixador a ter uma informação tão privilegiada como essa, que é tráfico de influências dentro do Palácio do Planalto, ter levado a passar uma informação para o senhor, que também não foi maltratado pelo Embaixador? Porque para mim seria um...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu pedi para essa pessoa.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ah, você pediu para ela?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Pedi.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, sabia que estava havendo a investigação?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Sabia. Eu falei no começo que eu tomei conhecimento.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então vamos colocar: o senhor sabia que havia a investigação.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas já declarou também que a pessoa que lhe deu essa informação não estava fazendo a investigação, não é isso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, o senhor pediu para uma pessoa que não estava fazendo a investigação que conseguisse uma informação que a Polícia Federal estava investigando?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É interessante como o senhor é ético e os conceitos éticos que o senhor utiliza para obter uma informação para depois repassar para o Parlamento brasileiro. O senhor sabia que existia uma investigação...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Sabia.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ -... e pediu para um terceiro dentro da Polícia Federal que conseguisse?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Essa é uma prática comum no jornalismo?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É. Eu estou atrás de informação que dê para produzir uma matéria.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E o senhor tinha alguma animação pessoal em relação a isso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Tinha algum interesse?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Nada? Nem, por exemplo, patriotismo?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não lhe moveu nada disso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Nada disso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Soube de uma informação...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E, aí, contatou com um policial.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - E corri atrás da informação, para ver se eu conseguia checar e pegar esses documentos que eles tinham.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É. Eu acho, no mínimo, prosaico isso. Mas o senhor tinha uma relação de uma sociedade. Tinha uma sociedade, segundo informações prestadas à época, que imagino que o senhor vá confirmar. O senhor era sócio de uma empresa chamada Free Press.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Quem era o seu sócio nessa empresa?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Augusto Fonseca.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Augusto Fonseca.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Na época, licenciado da empresa, trabalhando no INCRA, como Assessor do Francisco Graziano.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O Augusto Fonseca, também, por coincidência, trabalhou na campanha do Fernando Henrique?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele era sócio da empresa e trabalhou lá, também.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Era sócio da empresa? E, na campanha, qual era a sua relação e a do seu sócio com o Francisco Graziano?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ótima relação.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ótima? Tinham boas relações?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Boas.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor diria que o Augusto Fonseca foi ser Assessor do Francisco Graziano devido aos bons serviços prestados na campanha?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Porque a empresa estava falindo. E foi a opção que ele encontrou. Tem que deixar e ir para lá. Como faliu.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bom. Porque a empresa estava em dificuldade... Aí, você poderia, por exemplo, trabalhar, vamos supor, aqui na Câmara dos Deputados, mas foi trabalhar justamente no INCRA, onde o Francisco Graziano coincidentemente também estava como Presidente. Trabalharam juntos na campanha do Fernando Henrique.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso. Ele foi convidado pelo Francisco Graziano para trabalhar com ele.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Para trabalhar. E aí, vamos ficar no sócio, no Augusto Fonseca. E aí, ele foi trabalhar no INCRA, a convite do Francisco Graziano?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E ele foi... O senhor diria que foi por gratidão do Graziano que ele chamou para lá?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - A empresa estava em situação difícil...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. É um bom profissional, e ele precisava de uma pessoa como o Augusto. E convidou o Augusto para ir para lá.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não tinha nada que ver, portanto, com a relação da empresa que estava falindo?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Porque, há pouco, o senhor acabou de dizer que a empresa estava falindo. Por isso, ele foi para lá.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Foi opção do Augusto Fonseca. Isso tem que ser perguntado é para ele. Foi uma opção dele. Ele não quis vir para a Câmara dos Deputados. Ele não recebeu convite para vir para a cá.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vir para a Câmara?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Recebeu de lá.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Muito bem. E quando o Assessor de Imprensa, o Augusto Fonseca, trabalhava lá, foi justamente quando estourou a questão do grampo, não é isso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Aí, de repente, ele passou a ter essa informação. E ele passou essa informação para o Francisco Graziano. Foi o senhor que passou a informação para ele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, existe uma... A sua fonte não era, assim, muito fiel? Passou para outros no Fisco?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não é com a mesma fonte. Não sei se foi a mesma.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ou então a Polícia Federal é uma desorganização total, não é?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não sei, também.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vazam as informações todas. Porque, veja bem, o senhor tem uma fonte dentro da Polícia Federal.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Várias.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Uma. Se tem várias, tem uma, não é?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Essa não estava fazendo uma investigação. Então, significa, como o senhor está dizendo, que tem várias. Conhecia quem estava fazendo investigação, também. E conseguiu, através dessa fonte, que ele intermediasse, que fizesse uma intermediação de informações sigilosas dentro da Polícia Federal. Obteve essa informação. Essa informação chegou até o Francisco Graziano, isso está comprovado, não é?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Através de quem?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Bom, segundo uma nota que tem aqui, quem passou essa informação para ele foi o Sr. Augusto Fonseca. Que colocou até uma nota...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Que nota?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - No jornal.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Foi o Augusto que publicou essa nota?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim. Ele colocou uma nota dizendo que ele concordava: "Autor da versão nega contradição". Está aqui. É irrelevante ler, com certeza.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Bom, é relevante. Para mim, é relevante. Eu não tenho conhecimento da nota.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ele diz o seguinte: "O Assessor de Imprensa do INCRA, Augusto Fonseca, disse que não vê contradição alguma entre sua versão e a nota divulgada pelo seu chefe, Francisco Graziano" — ele diz o



seguinte, que está entre aspas: "Só soube ontem, quinta-feira" (está meio apagado) "o nome que o Graziano já tinha desde o dia..." — na nota não está dando para ler tudo, porque está um bocado apagado. Mas ele colocou uma nota.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Colocou uma nota, mas eu não sei o conteúdo da nota. O senhor não está conseguindo ler.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu acho estranho. O senhor, um jornalista... Eu vou tentar ler: "...só soube ontem, quinta-feira, à noite, que o Graziano já sabia, desde o dia 9, do relatório da Polícia Federal. Ele não é obrigado a me dizer que já tinha conhecimento do assunto. Ele não tem que me falar isso. Eu soube na terça-feira, 14, que o caso havia vazado para a **IstoÉ**. Fiz um relato para o Chico e ele me disse que ficou tranqüilo. O Assessor da Presidência do INCRA, Paulo Chelotti, passou o dia no seu gabinete. A **Folha** tem tentado entrevistá-lo". Então, veja bem, essa informação foi passada. O jornalista Augusto Fonseca era o seu sócio.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Essa informação chegou ao Graziano, e o Graziano chegou até...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Através de quem chegou ao Augusto Fonseca? Não foi a **IstoÉ**?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Veja bem: Graziano chegou até a se indispor com o Sr. Augusto Fonseca. Ele diz aqui o seguinte: "Augusto Fonseca, em outra oportunidade, disse não ver contradição alguma entre a sua versão inicial e a nota divulgada pelo seu chefe, Graziano, uma vez desconhecer que o mesmo já tomara conhecimento do assunto no dia 9 de novembro, ou seja, anteriormente ao



dia 14, quando soube que o caso havia vazado para a revista **IstoÉ**". Então, fica claro que o Sr. Augusto Fonseca sabia do caso.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Através da **IstoÉ**.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Antes da **IstoÉ**.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vou ler de novo.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - "Uma vez desconhecer que o mesmo já tomara conhecimento do assunto, ou seja, anteriormente ao dia 14, quando soube que o caso havia vazado para a revista **IstoÉ**".

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Então, não soube através da **IstoÉ**?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não. Veja bem, uma coisa é ter vazado...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - E como é que foi que ele soube?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Foi vazado pela **IstoÉ**. A reportagem saiu depois. A reportagem saiu depois.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E ele diz assim, aqui: "Augusto Fonseca, Assessor de Comunicação do Presidente do INCRA, diz que está desligado das suas funções na Free Press, empresa que presta serviços fotográficos ao Ministério da Justiça, e que fechará a empresa, pondo fim à sua sociedade com o Fotógrafo Mino Pedrosa, que assumiu a autoria do vazamento do grampo telefônico". Essa informação é verdadeira? Porque o senhor tinha me dito aqui que tinha fechado a empresa para ir trabalhar.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Como é que é, fechei para trabalhar? Não falei isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Você disse os seguinte: Augusto Fonseca, para ir trabalhar no INCRA, fechou a empresa.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu não disse que ele fechou a empresa. Falei que ele se licenciou da empresa e foi trabalhar no INCRA.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor me disse que a empresa estava falida.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Falida estava. Faliu.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Faliu?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Como faliu, eu sou...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Comigo dentro. Depois que eu denunciei isso aí.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ah, faliu depois? Quando ele foi...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É. Não, estava em processo de falência. Agora, faliu depois, porque eu não consegui nenhum contrato e tive que fechar.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas o senhor estava trabalhando para o Ministério da Justiça, nessa época?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu tinha um contrato com o Ministério da Justiça. A empresa tinha um contrato com o Ministério, que ganhei em licitação.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Pois é, mas trabalhava para o Ministério da Justiça.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Prestava serviço para o Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O Sr. Augusto Fonseca... Agora, porque me interessou essa relação entre vocês. O Augusto Fonseca tinha saído da empresa para ir trabalhar no INCRA?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso. Se licenciou da empresa...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Saiu da empresa?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso. Se licenciou da empresa e foi trabalhar no INCRA.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É estranho, porque ele diz aqui: "...fechará a empresa, pondo fim à sua sociedade com o Fotógrafo Mino Pedrosa".

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso foi depois que foi divulgado. Aconteceu isso. Ele não fechou a empresa, ele desfez a sociedade, ele saiu da sociedade. Houve um rompimento.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, o senhor afirma que o Sr. Augusto Fonseca, mesmo sendo seu sócio, continuou sendo sócio... Porque, ao se afastar da empresa... Porque eu pensei, inicialmente, que ele tinha saído da empresa. Não, ele continuou sócio seu na empresa?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso. Sócio afastado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Continuou sócio?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Afastado. Porque ele não poderia...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim, afastado da atividade.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Porque a gente pode ser sócio de uma empresa... Eu, por exemplo, sou sócio de empresa, e o meu sócio está tocando o negócio lá.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Mas o senhor não é licenciado da empresa?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sou Deputado. Eu estou afastado dos negócios da empresa.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Pois é, licenciado.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas eu continuo sócio do meu sócio lá, sem problema nenhum.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Então, quando o senhor soube da notícia, o senhor continuava sócio do Sr. Augusto Fonseca?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E passou essa informação para a **IstoÉ**, e o Graziano veio a saber antes de a **IstoÉ** publicar, no dia 14. Ele sabia no dia 9. Aí, não foi o senhor que passou essa informação para ele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Para o Graziano?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não foi? A sua fonte...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - O meu contato foi com Augusto Fonseca. O meu contato foi com Augusto Fonseca. Quando eu passei para a **IstoÉ**, eu conversei com Augusto, falei: "Augusto, eu estou com um material do Júlio César,



estou passando para a **IstoÉ**". Pedi que ele saísse do INCRA. Ele não quis sair do INCRA.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - No dia 9, o Graziano disse que já tinha conhecimento dessa informação. Nós estamos falando de datas, que é para ir situando. Porque o senhor citou uma fonte que não pode revelar, que passou diretamente para a **IstoÉ**. Essa fonte, porque eu queria fechar...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Passou para mim. Eu é que passei para a **IstoÉ**.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Pois é, passou para a **IstoÉ**. Eu estou me referindo a isso. O senhor passou para a **IstoÉ**. Eu estou me referindo a uma terceira pessoa como sendo o senhor. Quando passou para a **IstoÉ**, o Graziano já sabia, segundo informação do próprio Graziano. Como esses fatos são passados, a gente pode ir afirmando assim: quando o senhor passou para a **IstoÉ** ele já sabia. O Graziano já sabia.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não tinha o relatório da Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não, não tinha relatório nenhum.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Tem. Olha direitinho nas matérias da época, que tem relatório.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não, tinha uma fita.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, tem um relatório feito. Um relatório, que o Fernando Henrique Cardoso teria recebido esse relatório.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Nós temos o depoimento aqui, deixe eu lhe dizer, do Paulo Chelotti, que disse que entregou uma fita ao Graziano.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, me parece que foi um relatório.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não. Ele afirmou aqui que entregou uma fita.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu não vi o depoimento dele.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas imagino que ele, que passou a fita, deve lembrar.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Deve ter tido também uma fita. Não sei. Eu tenho conhecimento é de um relatório.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu cheguei a perguntar para ele se ele havia copiado a fita. E ele disse que não.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ah, pode ser degravação também, junto com esse relatório.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E, quando ele fez isso, significa dizer que existiam fontes diferentes. O senhor recebeu por uma fonte, Chelotti recebeu por outra fonte. O senhor não tinha nenhum relacionamento com Chelotti?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Chelotti recebeu de quem?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Paulo Chelotti.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ah, com Paulo Chelotti?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Na campanha. Ele prestava serviço na campanha. Eu trabalhei na campanha também, conheci ele.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Pois é, o Graziano disse que ele recebeu a informação do Paulo Chelotti.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Assessor dele, na época.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim. O senhor tinha algum relacionamento com Paulo Chelotti?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Durante a campanha, eu tive relacionamento com ele.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - E, depois, nesse episódio da fita?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Esporadicamente. Mas nenhum contato...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Desse episódio da fita, aqui, apesar...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Nenhum.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Apesar de ele ser policial federal, de ele ter ligações orgânicas com a Polícia Federal, apesar de existir informação, o senhor ter tido acesso a essas informações, o senhor não cruzou nada, o senhor nunca teve contato com ele a respeito deste fato, das fitas?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Acho que nós vamos ter que abrir aqui uma CPI para ver essa questão da Polícia Federal, porque essas investigações todas acontecidas na Polícia Federal, usando, segundo informação do próprio juiz, de má-fé para obter uma gravação ilegal. E depois divulga para todo o mundo? Porque eu cheguei a imaginar que a fonte, essa misteriosa fonte que tivesse repassado, fosse uma fonte única. Estou vendo que não. Ou, se ela era única, não era muito fiel. Ela passava informação para todo o mundo. Porque, no dia 11, o Chelotti, que recebeu também de uma fonte da Polícia Federal, já havia passado para o Graziano.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele recebeu de uma fonte?



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É, ele recebeu de uma fonte.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Mas não foi autorizada a investigação?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não, ele recebeu de uma fonte da Polícia Federal.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Mas não foi autorizada?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não, ele recebeu de uma fonte de lá, também.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Que eu saiba, tinha uma investigação em curso, que era de narcotráfico. Não foi isso que o senhor declarou?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Exatamente.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Então, ele recebeu de uma fonte?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Foi. Não revelou a fonte.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não foi fonte dessa investigação?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não. Foi fruto dessa investigação.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Então, não foram fontes. Ele recebeu de um funcionário dele. Era diretor, na época.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não. Paulo Chelotti não era...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ah, Paulo Chelotti.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Paulo Chelotti.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não. Vamos falar o seguinte: nós estamos tratando só de INCRA aqui, porque o INCRA é um órgão muito estranho. Ele trata de reforma agrária e ainda era cheio de informantes. E todos eles vindos da campanha do Presidente da República. Para quem vai fazer reforma agrária, o



negócio é muito estranho. Porque estava tratando de investigação de narcotráfico, de tráfico de influência no Palácio do Planalto, e ele cuida da reforma agrária. Talvez seja por isso que a reforma agrária esteja tão atrasada neste País.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Talvez.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas o senhor me disse que não teve cruzamento dessas informações. Não soube, pelo Paulo Chelotti, que havia essa informação. Não soube dele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Também, como o Augusto certamente sabia dessas informações, porque Paulo Chelotti sabia... o Assessor de Imprensa era Augusto Fonseca, que inclusive passou a informação dizendo que tinha sabido só a partir do dia 14. Quando o senhor passou essa informação para o Augusto Fonseca, o senhor disse que tinha a informação, ou passou o relatório para ele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Falei que a **IstoÉ** é que estava com esse material para publicar.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não passou, portanto, nenhum documento, nenhuma fita, nada?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Nada, nada.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas falou do que se tratava. Ou não, também? Falou do que se tratava?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Falei.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Com detalhes ou...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não me recordo bem. Acredito que sim, com detalhes.



O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Ele não manifestou surpresa de que já sabia que, no mínimo, tratava de...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Acho que ele conversou com Francisco Graziano, na época. E Francisco Graziano foi conversar com Fernando Henrique, para avisar que a **IstoÉ** já tinha esse material.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Fernando Henrique soube pelo Graziano, mas soube no dia 9 de novembro.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - A data não...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Portanto, no dia 14 já era matéria velha.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - E quando saiu na **IstoÉ** a edição disso?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Quatorze.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele soube no dia 9?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vinte e dois. Ele soube no dia 14. No dia 9, o Presidente da República já sabia. E são informações dadas pelo Graziano e pelo Paulo Chelotti. Porque o Presidente Fernando Henrique já sabia. No dia 9 ele já sabia, em 9/11. Então, em circunstâncias assim, o seu assunto era requentado, não tinha novidade. Talvez a novidade fosse apenas que havia vazado para a imprensa. Um assunto...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Talvez seja essa a novidade.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Um assunto requentado desse, e que cinco anos depois suscita a instalação... conseguiu suscitar a instalação de uma CPI. O senhor acha que é relevante ainda manter o nome das pessoas que dão a informação?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Sempre. Fonte é fonte, tem que preservar a todo momento.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor, como jornalista, se souber que alguém cometeu um crime, o senhor acha que sendo fonte tem que guardar o nome dele?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não passei por essa situação, ainda. Mas...

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vamos conjecturar.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não posso. Trabalho em cima de fatos. Se acontecer isso aí, eu vou ver como me comportar.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Eu lhe asseguro, porque eu não domino bem todos os milhões de incisos, parágrafos, artigos que existem na legislação brasileira, mas eu lhe asseguro que a lei que rege o relacionamento do servidor público estabelece que é crime fornecer informação, vazar informação que tenha sido obtida no trabalho que o funcionário público realiza. Então, neste caso, foi cometido um crime no vazamento da informação. O senhor preservaria, então, como fonte...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Com certeza. Como preservei.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mesmo que tenha sido um crime?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - E preservei. Eu fui chamado na Polícia Federal e preservei.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sendo um homem informado... porque, se sabia da existência de uma investigação sigilosa, que envolvia um empresário, um funcionário de alto escalão que estava envolvido numa questão empresarial pesadíssima, o senhor é um homem bem informado.



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Que prestou serviço junto comigo na campanha do Fernando Henrique.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim. Mas, de qualquer maneira, como existia investigação, e o senhor soube disso, é um homem bem informado, não é?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Pouco.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor se considera um homem bem ou mal informado como jornalista?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Razoavelmente.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Razoavelmente? Razoável poderia significar, assim, saber de outras coisas? O senhor sabia que estava havendo uma negociação para a implantação do Projeto SIVAM?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Sabia.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sabia? Sabia que existiam duas empresas disputando?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Na época, não sabia.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não sabia?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Fiquei sabendo depois.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor já ouviu falar no nome do comandante... já tinha ouvido falar no nome do Comandante Assunção?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Mas soube depois.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Depois.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não lhe pareceu que, de posse dessas informações, o senhor poderia estar servindo ao interesse de uma empresa



estrangeira que estaria trabalhando a implosão de um projeto da maior importância para a segurança nacional?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Se havia indício de corrupção, não.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Vou voltar à pergunta. Existia uma disputa entre duas empresas. Uma empresa foi preterida...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Onde envolvia um funcionário público.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Sim. Não, não muitos funcionários públicos. Não lhe passou que poderia o senhor estar a serviço de uma empresa estrangeira que estava com negócios, estava apenas fazendo negócios, mas que estava a fim de implodir o negócio, mas que envolvia uma operação, um projeto do maior interesse para a segurança nacional do País?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, eu pensei na questão do funcionário público envolvido nesse escândalo, que era o Júlio César e o Ministro da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O Ministro da Aeronáutica da época já teve a gentileza de vir aqui prestar depoimento. Uma coisa eu lhe digo, ele foi inteiramente coerente, não teve nenhuma informação que ele não quisesse nos passar, e ficou pelo menos claro para nós, aqui nesse nível da investigação, que pelo menos aquela pessoa não tinha nada a ver com o que estava acontecendo.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Qual pessoa?

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O Ministro. E como nós estamos investigando se houve mesmo corrupção, se houve venda de informações, essa venda de informação só poderia ter sido feita para uma empresa, a empresa que



afinal acabou sendo adjudicada e ficou com o projeto. Para ter sido feito grampo, e de forma fraudulenta, o juiz diz que foi enganado. Declaração do juiz: ele foi enganado. Quem o senhor acha que teria interesse de levantar uma investigação desse tipo?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não sei, acho que foi uma questão menor, uma questão do Júlio César mesmo, o comportamento do Júlio César na campanha

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Perfeito, mas quem? Seria exatamente a inimizade que ele fez na campanha que levaria a isso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - O senhor acha que a Polícia Federal iria investigar um assunto, se dedicaria a solicitar uma autorização para fazer o grampo numa autoridade que tinha o cargo de Chefe de Cerimonial da Presidência da República só para fazer uma vingança, porque havia sido alguém maltratado numa campanha política?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Se não for oficial, como o senhor está falando, acredito que sim.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Oficial foi, só que o juiz disse que foi enganado. Foi pedido, e eu tenho certeza de que o senhor lembra disso, porque o senhor é um homem bem informado. O juiz deu autorização para uma investigação de narcotráfico, envolvido um tal Júlio César. Depois se soube que não era narcotráfico, pelo menos não se chegou a nenhuma conclusão, ou então a Polícia Federal ficou com esse inquérito e chegou a alguma conclusão e preferiu divulgar o que não estava investigando e guardou o resultado da investigação, porque isso aí não veio a público, nós teríamos agora informação sobre isso. Sobre a investigação



de narcotráfico, não se chegou a nenhum resultado, mas aquilo que não estava sendo investigado foi diligentemente divulgado, e o caminho em seguida foi o do INCRA. Mas, onde eu queria chegar: que proveito se teria? Porque o País poderia ter sido prejudicado. Aqui mesmo nessa Casa, me lembro que uma das pessoas mais importantes que a República já teve, e que tinha um peso enorme aqui na Casa, chegou a dizer numa entrevista: "O SIVAM está morto". Foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Estava-se sepultando um projeto que quem é amazônida, como eu, sabe a importância que tem. Mas certamente os brasileiros, e neste momento, quando nós temos um início de conflito mundial, sabe quanto é importante ter o SIVAM na Amazônia. Pois bem, essa investigação poderia ter detonado o SIVAM, e não detonou foi por outras causas, mas o caminho era detonar o SIVAM. Eu lhe pergunto: o senhor tinha consciência disso?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - A questão é o seguinte, é preciso situar também a posição do Francisco Graziano durante a campanha, que ele era o secretário particular do Fernando Henrique. Talvez seja por isso que saiu do INCRA. O Francisco Graziano era encarregado de todos os funcionários que trabalhavam na campanha nessa área mais próxima a Fernando Henrique. Então, talvez seja por isso que Francisco Graziano foi a pessoa escolhida para receber esse material, para que o Fernando Henrique tomasse conhecimento.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Não, quanto ao resultado eu acho que até pode ter sido isso, embora eu aqui teria que dizer que sou, a minha parcela de ingenuidade, aquela que todo mundo tem, faria uma grande concessão a essa teoria, entre aspas, dizer que chegou lá por causa disso. Mas eu queria me entender nas causas, o que levou a haver essa investigação?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - O tratamento do Embaixador com os funcionários.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - É, eu já não posso mais fazer a concessão da minha ingenuidade, porque eu já fiquei bastante... já fiz muita concessão em aceitar que foi cair na mão do Graziano porque ele era Chefe do pessoal na época de uma campanha política. Agora, aceitar que houve uma investigação em que houve um escuta do telefone de uma das pessoas mais importantes da República, foi porque ele tinha maltratado alguém, aí é difícil de entender. Eu acho que nós vamos ficar aqui, eu com a certeza...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não houve só escuta não, houve filmagem também, houve uma série... A investigação foi completa.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Completa. Pois é, e foi feito porque ele...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Foi pouco divulgada, só teve acesso à fita.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - ...ele teria maltratado alguém.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não. Talvez Vicente Chelotti não tenha interesse em divulgar tudo, talvez seja isso.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ - Fica mais interessante, eu gostaria até que se registrasse essa última afirmação de que Vicente Chelotti talvez não tenha interesse, porque nós começamos a descobrir que nós temos condestáveis na República e nos vários segmentos do serviço público, porque se divulga aquilo que é conveniente. Eu pensei que os funcionários públicos, eu pensei que a Polícia Federal, seus dirigentes, eles tivessem não só subordinação hierárquica, mas também subordinação aos interesses do País. Porque se tem uma investigação



como essa que alguém diz que não quer revelar, eu acho relevante que se coloque isso, que é para na eventualidade de ser necessário se convocar, Sr. Presidente, que nós tomássemos em conta que existem. É possível que existam informações que não tenham sido divulgadas, e essas informações seriam mais importantes do que as que foram divulgadas, e esse é um assunto que interessa a essa CPI. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu não posso dizer que me dou por satisfeito. Na verdade, qualquer depoente pode chegar aí, contar a história que quiser, a gente escuta, o trabalho de investigação é nosso. Eu encerro me dando por satisfeito por saber que tem, sim, outras coisas, que essa CPI foi bem instalada, chegou tarde e foi bem instalada, mas tem muita coisa para ser investigada. Queria lhe agradecer também e eventualmente, se eu de alguma forma não fui cortês, como exige a minha função aqui, eu queria lhe pedir desculpas antecipadamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Com a palavra o Deputado Marcos Afonso.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas, nobre jornalista Mino Pedrosa, inicialmente, Sr. Presidente, quero justificar minha ausência na parte inicial dos trabalhos da Comissão, porque eu estava na Comissão da Amazônia defendendo um requerimento de nossa autoria, que diz respeito a modelos de reforma agrária na Amazônia, e como Vice-Presidente daquela Comissão eu estava responsabilizado para encaminhar o requerimento. Por isso eu não pude observar nem ouvir o depoimento do nobre jornalista, mas eu acompanhei atentamente as perguntas que o colega fez. Mas não posso deixar de fazer uma pergunta óbvia. Inicialmente eu quero agradecer a sua presença na nossa Comissão, porque eu tenho certeza que atos como o seu, de vir aqui prestar



esclarecimentos, são muito importantes para que nós possamos remontar um fato tão distante. Eu fico imaginando inclusive a dificuldade do nosso Relator, Confúcio Moura, em remontar um fato que aconteceu já há tanto tempo. Eu sou jornalista também, e não quero aqui ter espírito de corpo com o colega jornalista, de forma nenhuma. Portanto, não quero entrar nessa discussão ética sobre fonte, porque isso é um princípio do jornalismo. Nós como jornalistas devemos preservar nossas fontes, até porque temos a responsabilidade social de apresentar à sociedade as irregularidades, os fatos que possam se tornar notícia, sendo irregulares ou não. A pergunta que eu gostaria de fazer ao nobre depoente: você acha contemporânea essa discussão hoje aqui no Parlamento brasileiro?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu acho.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Você poderia dizer por que ela é contemporânea?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu acredito que tem alguma coisa que não foi divulgada ainda, que é preciso se aprofundar. Eu acho que um depoimento de pessoas que não tiveram oportunidade, naquela época, de falar podem vir a esclarecer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Esta Presidência pede ao depoente que se expresse sempre, não apenas com gestos, por causa da gravação.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Portanto, é contemporânea esta CPI. Serão perguntas óbvias, mas é porque estamos montando, ou remontando, o quebra-cabeça, inclusive com vossa ajuda. V.Sa. está levantando que novos



elementos podem surgir, novos fatos. Seria possível V.Sa. citar algum novo fato, alguma nova pessoa que poderia nos ajudar a compor mais esse cenário?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Acho que Vicente Chelotti poderia colaborar bastante. Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Você acha que o Dr. Vicente Chelotti tem mais dados?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Acredito que sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Ele tem mais material?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Talvez.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - V.Sa. acabou de colocar que existem inclusive filmagens.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É. Na época, eu tomei conhecimento que teria, nessa operação, teriam sido feitas filmagens.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Certo. E V.Sa. tem uma idéia de onde estariam essas filmagens?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não tenho. Talvez com Vicente Chelotti.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Talvez com Vicente Chelotti.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Ele era Diretor da Polícia Federal na época.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Certo. Mas não é certeza, é uma possibilidade só?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Deveria estar com ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - Deveria estar com ele. Eu não quero aqui entrar num discurso aparentemente moralista porque eu penso que, no



primeiro depoimento que tivemos aqui, como também jornalista, eu penso que a informação desse fato foi muito importante para a sociedade brasileira. E eu entendo que a imprensa tem um papel muito importante na luta ética de divulgar os fatos que são ilícitos, estejam eles onde estiverem, seja no Governo, seja no Parlamento, no Judiciário, numa empresa privada. Portanto, a reportagem que a Revista **IstoÉ** fez, ela teve um caráter de cidadania muito presente. Essa é uma opinião que nós temos. Existe um ditado no nosso País, pouco explorado, mas muito verdadeiro, de que em alguma circunstância somente duas pessoas sabem o que realmente aconteceu: Deus e o mundo. Em cima desse aspecto, eu gostaria de perguntar a V.Sa., agora como cidadão brasileiro, não como o jornalista Mino Pedrosa, mas como o cidadão Mino Pedrosa: você poderia nos dizer que realmente houve tráfico de influência? Você poderia, como cidadão, dizer para nós que, naquele momento, você também estava se sentindo lesado como cidadão brasileiro porque estava havendo uma maracutaia explícita, ou melhor, implícita naquele momento? Você poderia dizer como que você se sentia interiormente como cidadão brasileiro?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Olhe, como eu coloquei para o Deputado, é o seguinte: teve uma... O comportamento do Embaixador Júlio César durante a campanha foi agressivo com as pessoas, e tal. Por isso é que eu acho que motivou a divulgação disso aí. Eu não tinha noção realmente do que possa ter mais na mão do Chelotti; eu não conheço. Eu sei que deve ter alguma coisa porque, se tem filmagem, tem documentos, foram feitos rastreamento e tal, acredito que tenha mais coisas aí. Mas o material que eu tive acesso foi repassado com a intenção de mostrar para o Presidente Fernando Henrique como o Júlio César atuava dentro do Palácio. Foi com essa intenção.



O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - O senhor estaria disposto a voltar novamente à nossa Comissão para...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Sempre que preciso.

O SR. DEPUTADO MARCOS AFONSO - ...se possível, nós trabalharmos algum, Sr. Relator, algum encontro de controvérsias? Porque eu estou vendo como muito importante seu depoimento, porque acrescenta esse novo. Eu, particularmente, me preocupo muito com essa questão da contemporaneidade. Nós estamos aqui remontando, existe muita nebulosidade. Se para hoje eu investigar no Parlamento brasileiro as questões atuais já é uma dificuldade, imagine uma questão já tão remota. Então, eu gostaria de dizer ao Presidente e ao nobre Relator que eu me sinto momentaneamente satisfeito e considero que a possibilidade de ingredientes novos à investigação contados pelo nobre jornalista é a essência enriquecedora que ele traz no seu depoimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Obrigado, Deputado Marcos Afonso. Antes de passar a palavra ao nobre depoente, esta Presidência gostaria de passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Marcos Afonso. O depoente não querendo se manifestar neste momento, passaria a palavra ao Relator, para que faça as suas indagações. Passo a Presidência ao Deputado Marcos Afonso.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ilustre jornalista Mino Pedrosa, muitas perguntas já foram feitas, mas temos de aprofundá-las. Estamos investigando, nobre jornalista, um fato muito importante que passaram... em decorrência dele, ficou na mídia mais de três anos. Do vazamento, da divulgação da Revista **IstoÉ**, o fato foi sendo replicado e publicado, investigado por todos os órgãos de imprensa do Brasil, isso até 1998,



aproximadamente. Dali, daquela divulgação, o ilustre Parlamentar Deputado Arlindo Chinaglia, estudioso desse assunto, muito preocupado, solicitou, fez, na época, esse requerimento de criação desta CPI. Ficou numa fila de espera natural, e só agora ela veio de fato a ser instalada. O que a imprensa toda divulgou custou muito caro para a imagem do Presidente da República, essa divulgação, mostrando que, no seu Governo, havia tráfico de influência, havia também dispensa de licitação, por exemplo, de um valor de 1 bilhão e 400 milhões de reais, como de fato existiu. Então, pelo sim, pelo não, vamos às nossas perguntas no momento. V.Sa. expôs que a sua empresa, naquela época, vivia um momento de dificuldade financeira, ameaçada, e veio a falir posteriormente, a empresa Free Press. Se ela estava ameaçada, e V.Sa. teve acesso, teve informação desta investigação, V.Sa. obteve essa informação e pagou quanto pela fonte? Pela informação?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Nada.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - E vendeu à Revista **IstoÉ** por quanto?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não vendi também.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Mas qual o interesse de V.Sa. de se expor a captar uma informação difícil, já que V.Sa. nada recebeu, não é, mesmo com a dificuldade financeira vivida? E V.Sa. teve esse desejo de receber essa informação, colher dificilmente, garimpar essa informação e passar essa informação para uma revista de um nome importante para o Brasil, de uma tiragem importante, sem nada? O que V.Sa. queria com esse negócio?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Mostrar para o Presidente Fernando Henrique como era o comportamento do Júlio César, Embaixador.



O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Sim, então o senhor tinha uma raiva pessoal do Júlio César.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não tinha raiva, não.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Mas o senhor queria mostrar o quê do Júlio César? Mostrar o quê?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Isso. Mostrar o tráfico de influência.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - O tráfico de influência. Mas V.Sa. falou que ele também era bastante odiado por todo o pessoal de apoio durante a campanha. Mas o que é que esse grupo de apoio... Todo esse grupo de pessoal queria armar para ele uma arapuca?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não queria armar, queria mostrar quem ele era realmente.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Não, mas mostrar o quê? V.Sa. falou que ele vendia agenda.

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Na época que ele foi assessor do Presidente Sarney, a Polícia Federal tinha uma informação de que ele vendia agenda.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Vendia agenda?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Vendia.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Mas no Governo Fernando Henrique também ele vendia agenda?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - O que é que é vender agenda?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Vender agenda é você pegar uma pessoa e passar na frente para ser atendida pelo Presidente e você receber vantagens sobre aquilo.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Mas para montar esse grampo, com todo essa situação armada pela Polícia Federal e sendo os policiais federais prejudicados pelo Embaixador, essa armação desse grampo, dessa situação toda, vocês queriam mostrar ao Presidente ou mostrar ao Juiz o tráfico de influência, o Juiz que autorizou essa escuta telefônica? O objetivo era mostrar ao Presidente ou ajudar a Justiça?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Na verdade, é tornar público, mostrar quem era Júlio César.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Certo. Mas essa investigação, esse processo começou em agosto de 1995. Agosto, esse grampo ficou instalado nesse telefone da residência e no celular do Embaixador até mais ou menos o dia 20 de setembro do mesmo ano. Ficou mais ou menos uns 22 a trinta dias grampeado. Depois de setembro, teve um período branco, um período de cinquenta a sessenta dias adormecido o assunto, ninguém sabia. V.Sa. já sabia da investigação?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Nada, nada, nada? Mas como é que o senhor veio saber dessa investigação de fato?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu fiquei sabendo depois que eles estavam com a fita já na mão, depois que já tinham o material.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - E essa fonte depois lhe passou...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - ...que tinha essa bomba na mão?



O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - A informação.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Essa bomba. Então, o senhor não soube nada do processo de investigação?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Nada.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Nada. Muito bem. Por que V.Sa. escolheu a revista **IstoÉ** para divulgar?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Porque eu trabalhava na **IstoÉ** antes, anteriormente à minha empresa.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - O Embaixador Júlio César, ele tinha... ele era explosivo, ele ofendia as pessoas na vista de outras pessoas, desmoralizava as pessoas, ou ele era um mau caráter mesmo?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não, ele era agressivo no tratamento, truculento.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Ele ofendia as pessoas?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - É.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - É? Acusava as pessoas?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Era truculento no tratamento.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Perfeito. O senhor, durante o processo de investigação... Na realidade, essa investigação, se ela foi feita com o objetivo de um "pega", de uma armadilha para pegar o Embaixador, no processo de licitação, a licitação não tinha sido feita e dispensada no Governo Itamar Franco. Ela já vinha em 1994, no final, tinha sido dispensada, argüindo segredo de Estado, coisa e tal. Então, a Raytheon já tinha ganhado a licitação nesse período. Qual é... qual seria o tráfico de influência depois já da empresa já ter ganhado? Qual é o objetivo?



Em que mais o Embaixador poderia ajudar a Raytheon e o Comandante José Afonso, se já estava licitado?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Não sabe? O problema... Nós estamos observando o seguinte: na realidade, essa CPI, mesmo atrasada, ela tem realmente um submundo ainda não descoberto, tem alguma coisa que não veio à tona. Como V.Sa. mesmo falou há pouco, tem informação de que alguém sabe mais coisa e que nós gostaríamos de realmente... Nós estamos circunstancialmente num momento histórico e por acaso estamos aqui: eu, Marcos Afonso, todos nós. Nós não pedimos para estar aqui e estamos com essa incumbência na mão e nós queremos dar uma resposta clara à sociedade. O dinheiro é vultoso, é importante, é estratégico, e nós precisamos... Esse é um questionamento do Deputado Arlindo Chinaglia. Na época eu pertencia à mesma Comissão dele, em 1995. Estudamos muito esse assunto, bastante. E tenho falado com ele, ele tem sim, esse pessoal sabe de coisa. Eles não estão querendo é falar a verdade, porque realmente toda essa situação que ficou assim esmiuçada por três, quatro anos, foi altamente desgastante para a imagem do Presidente. O Presidente sofreu realmente horrores naquele período em decorrência daquele vazamento. Então, o que nós queremos saber é o seguinte: por que essa fita foi chegar na mão do Graziano? Porque realmente a Polícia Federal fez isso mediante uma autorização judicial. Então, de posse da fita, deveria ser entregue ao Presidente, ao Diretor da Polícia Federal, e depois remetida à Justiça. E por que estava tudo tramado, os policiais, o Xico Graziano, tudo isso pronto assim, e levar ao Presidente? Estava armado, conseguiu, o objetivo foi alcançado. Vamos detonar o Embaixador. E conseguiu. Por que isso? Por que tramaram esse jogo todo, como V.Sa. ficou sabendo, porque saiu muito



publicado, com certeza V.Sa. lembra desse discurso, dessas informações, em que o senhor poderia contribuir efetivamente com a nossa Comissão hoje?

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - Eu sei porque ela chegou nas minhas mãos. Nas minhas mãos porque o Presidente Fernando Henrique tinha a intenção de nomear o Embaixador Júlio César para ser Embaixador do México. Como ele já tinha tomado conhecimento dessa investigação, dessas fitas, através de um relatório da Polícia Federal, as pessoas que trabalharam nessa operação, quando viram notinha no jornal dizendo que o Júlio César seria o Embaixador no México, entenderam aquilo como um prêmio, e aí me procuraram para eu divulgar.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Perfeito. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Afonso) - Gostaria de perguntar se o depoente tem mais alguma coisa a declarar, que acha importante, algum esclarecimento...

O SR. ETELMINO ALFREDO PEDROSA - O importante acho que o fato de o Presidente Fernando Henrique já ter tido tomado conhecimento anteriormente da matéria, uns trinta dias mais ou menos. Ele já tinha recebido um relatório da Polícia Federal, entregue pelo Francisco Graziano, e o fato que Vicente Chelotti pode contribuir com coisas novas, que acredito que ele tenha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Afonso) - O nobre Relator está satisfeito?

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Afonso) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco reunião a realizar-se no dia 17 de outubro, quarta-feira, às 14 horas, no Plenário 13, com pauta a ser confirmada oportunamente. Agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a reunião.